



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

PODER LEGISLATIVO DE ICARAÍMA
DOCUMENTO PROTOCOLADO

Em 25 / 03 / 2020

As 15 : 30 hs sob N.º 048/2020

Angelia
SECRETÁRIA

PROJETO DE LEI Nº. 021/2020

DATA: 19/03/2020

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

**SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a
firmar Acordo Judicial e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Vereadores aprova, e eu, Prefeito Municipal de Icaraíma, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar acordo Judicial, nos autos de processo nº 0000856-78.2011.8.16.0091, ação ordinária em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Icaraíma, no valor total de R\$ 5.369,171,57 (cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), para pagamento da condenação referente às diferenças salariais devidas aos professores ativos e inativos do Município de Icaraíma, apurados de forma individualizada através de cálculos, relativo ao no período de ABRIL/2011 a AGOSTO/2016, quando o Município de Icaraíma não cumpriu com o pagamento do piso nacional dos professores, conforme determinado pela Lei Federal n. 11.738/2009, gerando, assim, prejuízos em seus vencimentos, 13º, progressão na carreira, adicionais, gratificações e proventos de aposentadoria.

Art. 2º O Município de Icaraíma efetuará o pagamento do valor condenatório informado no art. 1º, em 60 (sessenta) parcelas, fixas, sem juros e correção monetária, a partir da homologação judicial.

Art. 3º O parcelamento e as condições de pagamentos previstas no art. 2º, foram devidamente discutidos, negociados, definidos e acordados em reuniões e assembleias gerais, realizadas pelos professores, conjuntamente, com o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Icaraíma e Poder Executivo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

Art. 4º Os termos e especificações do acordo judicial de que trata o “*caput*” deste artigo estão contidos na petição dirigida ao juiz da causa, que fará parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Segue também como anexo da presente lei, os cálculos e peças principais do processo judicial 0000856-78.2011.8.16.0091, podendo o referido pode ser acessado na sua íntegra através do sistema de processo eletrônico do Projud/PR.

Art. 5º Para o suporte financeiro da despesa, o Município de Icaraíma providenciará a alocação da dotação orçamentária no orçamento municipal, e, obtenção de recursos do FAPI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE ICARAÍMA, para a viabilidade da realização dos pagamentos dos professores inativos.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Icaraíma, 19 de março de 2020.



MARCOS ALEX DE OLIVEIRA

Prefeito do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos para apreciação dessa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei nº 021/2020, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JUSTIFICATIVA

Tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Icaraíma, o processo judicial nº 0000856-78.2011.8.16.0091, ajuizado em 11/08/2011, pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Icaraíma, contra o Município de Icaraíma, pelo qual, tutelou-se o direito de todos os professores da rede municipal de ensino, para o recebimento de diferenças salariais, apuradas no período de ABRIL/2011 a AGOSTO/2016, tendo em vista que, o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA não cumpriu corretamente com o pagamento do piso nacional dos professores de Icaraíma, consoante determinado pela Lei Federal n. 11.738/2009, gerando, assim, prejuízos nos vencimentos, níveis salariais da carreira e proventos de aposentadoria.

Após considerável período de tramitação processual, em 08/07/2015, foi proferida a SENTENÇA pelo Juiz atuante nesta Comarca à época, Dr. MATHEUS PEREIRA FRANCO, **condenando o Município de Icaraíma, a pagar aos professores a diferença entre o valor estabelecido como piso nacional pelo MEC, de forma proporcional a jornada de trabalho, e aquele efetivamente pago pelo Município de Icaraíma, como vencimento básico a partir de 27/04/2011 (data fixada pelo STF), inclusive, sua repercussão a todos os adicionais, gratificações e outras espécies remuneratórias calculadas com base nele (progressão na carreira, férias, 13º férias, licença prêmio, etc.), até o advento de Lei Municipal que venha a fixar o vencimento básico de acordo com o piso nacional, corrigidos pela média do IPCA desde a data dos pagamentos a menor e acrescido de juros de mora a partir da citação, no patamar de 1% ao mês.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

O MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, por sua vez, recorreu da SENTENÇA, porém, não obteve êxito, em 10/04/2018, o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a decisão proferida em primeira instância, tendo apenas alterado a forma quanto à aplicação dos juros moratórios e correção monetária, estabelecendo que os juros devem ser aplicados de acordo com os índices da caderneta de poupança, e, a correção monetária, pelo IPCA-E.

A decisão transitou em julgado 23/08/2018.

É importante informar que, somente, a partir de AGOSTO/2016, o Município de Icaraíma passou pagar corretamente o piso nacional dos professores.

Com o retorno do processo à Comarca de Icaraíma, iniciou-se a fase de liquidação da sentença. Foi formada uma Comissão de Professores para tratar especialmente do assunto, e, juntamente com o Sindicato dos Servidores Públicos de Icaraíma, foram realizadas assembleias gerais na Câmara Municipal, com a participação do Poder Executivo Municipal, para discutir a respeito dos cálculos e formas de pagamentos.

Foi contratada pelos professores, a contadora Eliane da Costa Silva, inscrita no CRC-PR 065604/0-2, da cidade de Curitiba, tendo em vista sua especialidade na área, cuja profissional, analisou todos os documentos, informações e dados necessários dos professores ativos e inativos que foram repassados pela Prefeitura Municipal de Icaraíma e Fundo Previdenciário Municipal.

Após aproximadamente três meses os cálculos foram elaborados de acordo com o julgado no processo, com a análise criteriosa individual da pasta de cada professor junto à Prefeitura de Icaraíma e Fundo Previdenciário Municipal, calculando-se as diferenças salariais, as quais se deram através das tabelas salariais dos professores da rede municipal vigentes no período de abril/2011 a agosto/2016, e aplicando sobre as tabelas os percentuais de reajustes em acordo a Lei nº 11.738/2008. Os valores foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, acumulados progressivamente no período de abril de 2011 até o mês de dezembro de 2019. Os juros de mora fixados conforme poupança, acumulados de forma linear foram



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

aplicados sobre os valores atualizados, a partir da citação, a qual aconteceu em agosto de 2011.

Conforme consta no processo, o Município de Icaraíma, através de sua equipe técnica da Prefeitura, analisou e conferiu os cálculos, e, atestou que os mesmos estão corretos.

Em Assembleia Geral realizada com os professores, o Poder Executivo Municipal, reafirmou a concordância com os cálculos elaborados, e, considerando a situação financeira do Município, propôs o pagamento do débito em 60 (sessenta) parcelas fixas, sem juros e correção monetária, a partir da homologação judicial. O que, foi aceito por todos, conforme registrado em ATA.

O Ministério Público emitiu parecer favorável pela homologação dos cálculos, condições e forma de parcelamento proposto pelo Município de Icaraíma.

Os cálculos apresentados no processo nº 0000856-78.2011.8.16.0091, atualizado até dezembro/2019, referentes as diferenças salariais e reflexos decorrentes da condenação, devidas aos professores do Município de Icaraíma, ativos/inativos, no período de ABRIL/2011 a AGOSTO/2016, em razão do descumprimento do pagamento do piso nacional estabelecido pela Lei Federal n. 11.738/2009, totalizou o montante de R\$ 5.369,171,57 (cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

O Município de Icaraíma tem interesse em firmar acordo judicial no referido processo, por entender que o parcelamento do débito junto aos professores, em 60 (sessenta) parcelas, em valores fixos, sem acréscimo de juros e correção monetária representa significativa vantagem ao erário, conveniente a redução do montante da dívida pública, sendo de indiscutível interesse público, pois, o parcelamento da dívida nas condições estabelecidas, permitirá não comprometer os demais orçamentos, bem como, estancará o cômputo de juros moratório e correção monetária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810
Icaraíma - Paraná - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 – Fax: (44) 3665-8001
Site: www.icaraima.pr.gov.br

Para tanto em atendimento ao princípio da legalidade busca autorização legislativa para este fim, cuja validade e efeitos dependerão também da homologação pelo respectivo Juízo.

Desta forma, solicitamos aos senhores Vereadores a apreciação do presente projeto de lei, com a sua consequente aprovação.

Expostas as razões determinantes de minha iniciativa, renovo a Vossa Excelência os mais elevados protestos de distinta consideração e elevado apreço.

Cordialmente,

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA

Prefeito do Município